

26 OUT 1997

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

Vida comum na capital

Vista de longe, ou assim do alto como a Mangueira, Brasília pode até dar essa impressão, mas não é uma maquete nem ali a vida é só isso que se vê: atos governamentais e embates congressuais. Há gente comum que vai e vem sem grandes preocupações com o que se passa no oficialismo confinado atrás dos vidros e curvas arquitetônicas de Oscar Niemeyer.

Se o PFL briga com o PSDB, pouco se lhes dá. Muito menos alguém perde o sono por causa do destino do PMDB. Exato como acontece em toda parte, fora dos limites da Praça dos Três Poderes.

Há, no entanto, um outro nível de poder, o local, que é comandado pelo PT e anda influindo diretamente sobre o comportamento das pessoas. Se não houvesse outros, pelo menos um ponto já seria suficiente para trazer à cena nacional o governo do professor Cristovam Buarque: o trânsito em Brasília.

Que trânsito? Perguntará o escolado morador das chamadas cidades comuns ou "de verdade", que tem mais horas de engarrafamento do que Brasília anos de existência. Um trânsito que, exatamente pela peculiaridade das grandes avenidas, era o campeão de acidentes com mortes no país, incluindo atropelamentos, índices que caíram cerca de 40%. Hoje anda-se, no máximo, a 60 quilômetros por hora na capital da República.

Isso até que surja em frente ao motorista uma faixa de listras brancas e um ser humano apontando o pé para fora do meio-fio. Seja homem, mulher, criança, velho, mendigo ou esportista, o pedestre tem direito de atravessar, na velocidade que bem entender, até o outro lado da pista. Ou das pistas, porque se a via tiver duas mãos não vale arrancar quando a pessoa passar em frente ao carro. É preciso esperar que chegue à outra calçada.

Cansativo, maçante? Um transtorno. Mas dá um gostinho bom ao cidadão quando o paulista no banco do passageiro vê à cena e dá um salto: "Isso aqui mais parece a Alemanha!" Isso porque nem ao Rio ele vai muito – e, portanto, não sabe da selvageria a metade – e ainda não viu nada. Ficaria estupefato quando visse todo mundo parado no "farol" em plena tarde de cidade vazia aos domingos.

Claro que Cristovam entra aí com boa dose de repressão. Há polícia e câmeras para flagrar o infrator por todo canto. E quando a multa chega, não adianta chorar: está lá a foto de bolido em pleno exercício da transgressão, de placas viradas para o crime, com a velocidade devidamente registrada.

Autoritário? Pode até ser, mas o fato é que os acidentes diminuíram e, agora, mesmo na ausência de câmeras ou guardas, todo mundo pára quando o pedestre se desloca e, efetivamente, tem a preferência.

Ex-reitor da Universidade de Brasília, ex-brizolista, Cristovam ganhou projeção recentemente ao entrar na lista dos eventuais candidatos à presidência da República pelo PT ou por uma frente de oposição.

Não tem, por causa da tradição de esquerda, nenhum problema com o quesito coerção.

"As pessoas não têm é o direito de se matarem umas as outras", diz.

Vai agora usar o mesmo critério para começar um projeto de tirar todas, rigorosamente todas, as crianças que vivem pelas ruas em Brasília. É, a capital nem é maquete nem tão ilha da fantasia como se imagina. Tem criança de rua, sim. O número reduziu bem no último ano. Cristovam carrega no laptop o nome de cada uma das 574 (eram 892 em 1996) crianças e adolescentes que vivem no que chama de "situação de rua" na capital.

Desse total, apenas 90 dormem na rua e é justamente por elas que começará a retirada, obrigatória, na base da famosa coerção. "Vou colocar todas em abrigos, pois é preciso acabar com certas posturas que, por medo de serem confundidas com posições autoritárias, acabam deixando que os problemas se agravem. O que é inadmissível é a violência, mas pelo meu projeto a sociedade terá instrumentos para fiscalizar as condições em que estarão essas crianças."

Além de nome de cada uma, Cristovam sabe, por exemplo, que 52% das 574 crianças e adolescentes estão estudando. Índice alto que talvez possa ser atribuído ao programa bolsa-escola, uma espécie de renda mínima vinculada à educação, pelo qual as famílias pobres recebem um salário mínimo mensal por filho, desde que não haja mais de duas faltas.

A conexão com a família nesse caso é possível de ser feita porque 86,6% dos pequenos vivem com as famílias e apenas 9,1% moram sozinhos ou com amigos. Os dados, obtidos numa pesquisa feita pelo governo do DF em setembro, mostram que a maioria vai para a rua em busca de trabalho (vigia e lava carros, engraxa sapatos, vende lixo para reciclagem etc.) e 62,4% ganham até R\$ 15 por dia.

Embora só 25,6% tenham dito aos pesquisadores que não gostam de estar nas ruas, 74% manifestaram desejo de sair delas. A pesquisa mostra que 19% já foram presos por furtos, brigas ou uso de drogas, mas mais de 70% nunca sofreram qualquer tipo de violência nas ruas.

Nesse perfil de meninos e meninas de rua na capital federal, também não é alto o índice de consumo de drogas: 22,6% usam ou já usaram. Entre eles, a maconha é a campeã (50%), seguida do álcool (48,7%), tiner (46,8%), cola (44,3%) e merla (38,6%). A cocaína é ou foi consumida por 15,2%, e o crack fica com o índice mais baixo, 4,4%.

O governador de Brasília sabe o nome de todas as crianças e adolescentes de rua da cidade